



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO 2016



Introdução

Tendo em conta a legislação aplicável às autarquias locais, as recomendações do Conselho da Prevenção da Corrupção e ao Plano tipo elaborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova elaborou o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), que aprovou em 21/12/2009.

Vários anos volvidos, e na sequência de diversas alterações legislativas, orgânicas e de executivo, verificou-se a necessidade de se proceder à revisão do referido Plano, ocorrida no ano transato, no sentido de integrar as alterações ocorridas na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, proceder à identificação dos riscos atuais e, consequentemente, da definição de medidas preventivas e corretivas dos mesmos, bem como estabelecer procedimentos objetivos para o controlo e monitorização do plano. Tais desideratos visam, assim, torná-lo num instrumento de gestão dinâmico, que reforce o sistema de controlo interno e que potencie, não só a implementação de políticas anticorrupção, mas também a procura contínua de oportunidades e melhorias.

Para o presente relatório de execução – referente ao ano de 2016 - foram consultados os membros do executivo municipal e o pessoal dirigente dos serviços, tendo sido efetuada uma reflexão interna para a melhoria das práticas existentes, bem como a verificação da conformidade factual entre as normas do Plano e a aplicação das mesmas.

Procedeu-se pois a um rigoroso controlo de validação, no seguimento da criação dos métodos e definição dos procedimentos pelos responsáveis, que contribuem para assegurar o desenvolvimento e controlo das atividades de forma adequada e eficiente, de modo a permitir a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, e na garantia da exatidão dos registos contabilísticos e dos procedimentos de controlo utilizados para atingir os objetivos definidos.

Pretendeu-se, por outro lado, que este relatório se apresentasse objetivo, claro, conciso e pertinente.

Recorda-se, todavia, que para além da periodicidade das revisões, validações e atualizações acima indicadas, os Dirigentes e outros Responsáveis devem sempre informar o presidente da câmara municipal ou o órgão executivo, quando surjam riscos elevados que importem prevenir.

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
CONTRATAÇÃO PÚBLICA						
CP 1	Existência deficiente de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Frequente	Implementação de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Em curso	Todas as UO	Em Setembro de cada ano, as necessidades de cada serviço são avaliadas e ponderadas no sentido de poderem ser plasmadas nos documentos previsionais para o ano seguinte. A Secção de Contratação Pública dispõe igualmente de um mapa com os contratos celebrados onde de uma forma clara se podem confirmar datas de celebração e termo podendo assim alertar os Serviços responsáveis para a possível necessidade da realização de novos procedimentos. No entanto, pelo desenrolar dos procedimentos relativos a pedidos de material/serviços, assim como pelo facto de se verificarem diversas alterações orçamentais durante o ano, pode concluir-se que a ponderação das necessidades de cada serviço poderão ser melhoradas.
CP 2	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Frequente	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores	Implementado	DAF, DO	A Secção de Contratação Pública dispõe da informação sistematizada permitindo desta forma aceder aos procedimentos e requisições efectuadas a cada fornecedor. A DO, nos procedimentos concursais que intervêm por regra utiliza sempre "O preço mais baixo" como critério base de análise das propostas. Dessa forma o próprio mercado através do mecanismo da concorrência produz uma estimativa de custos muito próxima dos limites aceitáveis. Quanto às estimativas dos projectos elaborados pelos Técnicos da DO salienta-se a regra de elaborar as estimativas com base nos preços nos concursos anteriores para trabalhos da mesma natureza. Por vezes estes preços são novamente sujeitos à concorrência.
CP 3	Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Pouco frequente	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes	Implementado	DAF, DO	O Sistema de Gestão de Qualidade regula nos seus processos as fases e formas de aquisição.
CP4	Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, nas diversas fases	Pouco frequente	Definição prévia das responsabilidades de cada um dos intervenientes, nos processos de aquisição de bens e serviços e nas empreitadas	Implementado	DAF, DO	O Sistema de Gestão de Qualidade regula igualmente os responsáveis de cada fase. Apesar de não ser tradição nesta Câmara, o actual Código do Procedimento Administrativo (CPA), no seu artº 55º já prevê a nomeação do responsável do procedimento. A nova versão do Código dos Contratos Públicos (CCP), cuja publicação se aguarda, também irá prever essa figura.
CP5	Existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projectos	Pouco frequente	Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários	A implementar	DPU, DO	A implementar.
CP 6	Inexistência de cabimentação prévia da despesa quando obrigatória	Inexistente	Não abertura de procedimentos de contratação sem prévia cabimentação	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, DAF	
CP 7	Seleção e contratação de fornecedores externos por ajuste directo	Muito frequente	Seleção dos fornecedores de acordo com critérios de avaliação pré-estabelecidos Criação de uma bolsa de fornecedores	Em curso Em curso	DAF, DO, DPU DAF, DO, DPU	Encontra-se regulado no Sistema de Gestão de Qualidade. Já se constituiu uma listagem de empreiteiros, a qual vai sendo atualizada sempre que sejam sugeridos novos empreiteiros. No entanto, é necessário definir melhor (tornando mais perceptível para todos) quais os critérios a que obedecem essas sugestões.

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
CP 8	Existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Pouco frequente	Implementação de um sistema de controlo interno mais profundo	Em curso	DAF, DO	Globalmente, a existência e a utilização da Plataforma electrónica destinam-se a esse efeito. Cumulativamente no DO existem Check list, para filtrar todas as acções dentro dos procedimentos concursais.
CP 9	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste directo, quando baseado em critérios materiais	Pouco frequente	Confirmar que no caso em que se adopte o ajuste directo com base em critérios materiais os mesmos são rigorosamente justificados baseando-se em dados objectivos e devidamente documentados	Implementado	DAF, DO	São raros os ajustes directos com base em critérios materiais. Quando ocorrem estas situações as mesmas são devidamente justificadas de acordo com a legislação em vigor.
CP 10	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objecto do contrato a celebrar	Pouco frequente	Acautelar: Que caso o procedimento esteja sujeito a publicação de anúncio, este é publicado nos termos da lei e com as menções indispensáveis constantes dos modelos aplicáveis; Que o conteúdo do programa de procedimento ou do convite à apresentação de propostas está em consonância com os preceitos legais;	Implementado	DAF, DO	
			Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objecto do contrato a celebrar	Implementado	DAF, DO	
CP 11	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Pouco frequente	Verificar: Que os requisitos fixados não determinam o afastamento de grande parte dos potenciais concorrentes, mediante a imposição de condições inusuais ou demasiado exigentes e/ou restritivas; Que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias.	Implementado	DAF, DO	Os cadernos de encargos são elaborados em conjunto entre os Serviços Administrativos e os técnicos responsáveis pelo início do processo. Em determinadas situações mais complexas são igualmente verificados pelas chefias respectivas. Desta forma tenta-se assegurar que os cadernos de encargos são os mais apropriados aos procedimentos em questão e de acordo com a legislação em vigor.
CP 12	Carácter subjectivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Pouco frequente	Verificar que: é garantida a prestação atempada dos esclarecimentos, tidos por pertinentes, aos potenciais concorrentes que os solicitam, assegurando-se que tais respostas são amplamente divulgadas e partilhadas por todos os interessados;	Implementado	DAF, DO	
CP 13	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos factores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Pouco frequente	O modelo de avaliação das propostas tem um carácter objectivo e baseiam-se em dados quantificáveis e comparáveis; Implementar um sistema em que: Os critérios de adjudicação, factores e subfactores de avaliação das propostas vêm enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respectivo programa do procedimento ou do convite; A escolha dos critérios, factores e subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa, adequam-se à natureza e aos objectivos específicos de cada aquisição em concreto;	Implementado	DAF, DO	O critério de adjudicação mais utilizado é o do "Preço mais baixo". Apesar disso, recorre-se com alguma frequência ao ajuste directo com consulta a uma única entidade.
			Os referidos critérios e o modelo de avaliação são definidos no caderno de encargos e portanto delimitados antes de conhecidos os concorrentes	Implementado	DAF, DO	
CP 14	Controlo deficiente dos prazos	Muito frequente	Implementar normas que permitam proceder a uma verificação regular e mais cuidada de todos os prazos que se aplicam	Implementado	Todas as UO	A existência das plataformas electrónicas, os programas informáticos e a existência de mapas de controlo de contratos ajudam os Serviços a fazer um maior controlo de todo o processo.
CP 15	Admissão nos procedimentos de entidades com impedimentos	Inexistente	Controlo da aplicabilidade por diversos níveis hierárquicos	Implementado	DAF, DO	
CP 16	Não audição dos concorrentes sobre o relatório preliminar/decisão de adjudicação	Inexistente	Controlo rigoroso dos requisitos de admissibilidade das entidades	Implementado	DAF, DO	
			Proceder a audiência prévia quando exigível	Implementado	DAF, DO	

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
CP 17	Participação dos mesmos intervenientes na negociação e redação dos contratos	Inexistente	Implementação da segregação de funções	Implementado	Todas as UO	
CP 18	Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respectivo concurso	Inexistente	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta: Que as cláusulas contratuais são legais; Que existe uma correspondência entre as cláusulas contratuais e o estabelecido nas peças do respectivo concurso; Que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução; Que prevejam e regulem com rigor as situações de eventual falta de licenças ou autorizações fundamentais para a execução dos trabalhos.	Implementado	DAF, DO	
CP 19	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Pouco frequente	Verificação da circunstância de que tais trabalhos respeitem a "obras novas" e foram observados os pressupostos legalmente previstos para a sua existência, designadamente a "natureza imprevisível";	Implementado	DAF, DO	
CP 20	Não verificação ou verificação deficiente das cláusulas contratuais que prevejam ou regulem os suprimidos dos erros e omissões	Pouco frequente	Que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra;	Implementado	DO	
CP 21	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevisível" dos trabalhos	Pouco frequente	Exigência de comprovação da circunstância, juntando a respectiva documentação	Implementado	DO	
CP 22	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Pouco frequente	Verificação da fundamentação técnica e adequabilidade legal	Implementado	DO	
CP 23	Existência de trabalhos de natureza não prevista inicialmente e que não resultam de circunstâncias previstas por forma a serem considerados trabalhos	Pouco frequente	Verificação da natureza dos trabalhos por vários níveis hierárquicos	Implementado	DO	Após a entrada em vigor do CCP, essa passou a ser uma prática corrente na DO.
CP 24	Fundamentação insuficiente ou incorrecta, no caso das aquisições de serviços, de que os "serviços a mais" resultam de uma "circunstância imprevisível"	Pouco frequente	Abertura de novo procedimento concursal	Em curso	DO	Os Serviços, através dos diferentes níveis de controlo, verificam as informações e seu conteúdo.
CP 25	Fundamentação insuficiente ou incorrecta, no caso das aquisições de serviços, de que os "serviços a mais" não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconvenientes graves para a entidade adjudicante, ou ainda que sejam separáveis são necessários à conclusão do objecto contratual	Pouco frequente	Verificação da condição dos serviços a mais ser justificada pela ocorrência de uma "circunstância imprevisível"; Que esses "serviços a mais" não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconvenientes graves para a entidade adjudicante, ou ainda que sejam separáveis são necessários à conclusão do objecto contratual; Exigência de comprovação da circunstância, juntando a respectiva documentação	Implementado	Todas as UO	
CP 26	Inexistência de controlo relativamente à execução do contrato de aquisições de bens tendo-se em conta que o prazo de vigência acrescido de eventuais prorrogações não ultrapassa o limite legal estabelecido	Pouco frequente	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que no caso da aquisição de bens, o prazo estabelecido para a vigência do contrato (incluindo as suas eventuais prorrogações) não excede os 3 anos, salvo nas situações legalmente previstas	Implementado	DAF	Foi implementado o controlo da situação em questão através da Secção de Contratação Pública. Foram elaboradas informações internas e uma ficha de controlo para cada fornecedor que é actualizada sempre que existe um novo procedimento.
CP 27	Falhas na verificação da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores / prestadores	Frequente	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empregados	Em curso	Todas as UO	Regra geral, quando nos casos, em que os fornecedores não procedem à entrega de bens ou à prestação de serviços atempadamente, quem deu origem ao processo informa no processo ou interpela o fornecedor.

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
CP 28	Não acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato	Inexistente	Fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos	Implementado	Todas as UO	O Sistema de Gestão da Qualidade regula a avaliação de fornecedores.
CP 29	Inexistência de um controle rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Pouco frequente	Controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados	Implementado	Todas as UO	Os responsáveis pelas aquisições acompanham o processo e confirmam os valores igualmente na altura da confirmação das facturas. A DO, através do acompanhamento muito próximo que faz das obras à sua responsabilidade, tem conseguido inclusive, obter redução de custos na
CP 30	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Frequente	Calendarização sistemática por parte dos serviços	Em curso	Todas as UO	Na DO, qualquer empreitada que se inicie, tem obrigatoriamente um cronograma financeiro e um plano de trabalhos associado. Regra geral os cadernos de encargos para aquisição de bens ou prestação de serviços
CP 31	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Frequente	Envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviços/empreiteiro, logo que se detectem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais.	Implementado	Todas as UO	Na DO, são muito frequentes as advertências aos empreiteiros relativamente ao incumprimento de prazos e desvio dos planos de trabalho, tendo inclusive, já aplicadas multas por violação dos prazos contratuais.
CP 32	Inexistência de inspeção ou de acto que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Inexistente	As ordens de pagamento têm de ser emitidas após confirmação do requisitante	Implementado	Todas as UO	
CP 33	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efectuada somente por um funcionário	Inexistente	Segregação e rotatividade de funções	Implementado	Todas as UO	
CP 34	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Pouco frequente	Segregação de funções	Implementado	Todas as UO	
CP 35	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos funcionários	Inexistente	Obtenção de declarações de interesses privados dos funcionários	Em curso	Todas as UO	Na DPU foi determinada a apresentação de declaração de impedimento, especificando as circunstâncias de facto que constituam a sua causa.
CP 36	Existência de favoritismo injustificado	Inexistente	Segregação e rotatividade de funções	Implementado	Todas as UO	
CP 37	Não existência de uma avaliação "a posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Pouco frequente	Reforçar as medidas do sistema de gestão de qualidade no sentido da avaliação de fornecedores e empreiteiros	Implementado	Todas as UO	
CP 38	Inexistência de medição dos trabalhos e de vistoria da obra	Pouco frequente	Implementação de um sistema de controlo interno em termos de execução física e financeira das empreitadas	Implementado	DO	
CP 39	Não existência de uma avaliação "a posteriori" da qualidade das empreitadas	Pouco frequente	Avaliação "a posteriori" do nível de qualidade das empreitadas	Implementado	DO	
CP 40	Justificação incorrecta ou deficiente da natureza imprevista dos trabalhos a mais	Pouco frequente	Verificação da circunstância de que os trabalhos respeitam os pressupostos legalmente estabelecidos	Implementado	DO	
CP 41	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Frequente	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Em curso	DAF, DO	A reformular
CP 42	Erro no cálculo da revisão de preços	Inexistente	Cálculo da revisão de preços via programa informático	Implementado	DO	
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS						

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
CBP 1	Inexistência de instrumento, geral e abstrato, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	Muito frequente	Aprovação de regulamento municipal relativo à concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição	Implementado	DAF	Foram realizados dois regulamentos de concessão de apoios. Um geral e um específico para o desporto de acordo com a legislação em vigor. Foram realizadas várias reuniões explicativas com as entidades do concelho no sentido do esclarecimento de dúvidas. Foram igualmente efectuadas algumas informações aplicáveis e foi criada a base de dados correspondente.
CBP 2	Atribuição de subsídio por órgão singular	Inexistente	Publicitação do regulamento, nomeadamente no sítio do município na Internet	Implementado	DAF	Foram legalmente publicitados e encontram-se no sítio da autarquia.
CBP 3	Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de benefícios	Muito frequente	Atribuição de subsídios por órgão colegial	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, DAF	
CBP 4	Existência de situações iniciadoras de conluio entre os intervenientes no processo	Inexistente	Exigência de declarações de interesses	Em curso	DAF	Não foram realizadas as declarações. Foram efectuadas, no entanto, sessões de esclarecimento relativamente ao novo estatuto disciplinar e às alterações ao Código Penal aos trabalhadores da Câmara Municipal, integradas em sessões promovidas pelos Recursos Humanos.
CBP 5	Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário	Inexistente	Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo por um determinado beneficiário através da segregação e rotatividade de funções	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, Todas as Unidades Orgânicas	
CBP 6	Inexistência de um processo, cronologicamente organizado, que identifique os intervenientes que nele praticaram actos	Muito frequente	Organização de processos cronologicamente organizados, que identifiquem os intervenientes que nele praticaram actos	Implementado	DAF	
CBP 7	Existência de situações em que os beneficiários não juntaram todos os documentos necessários à instrução do processo	Frequente	Adopção de medidas de sensibilização, informação e controlo junto dos beneficiários	Implementado	DAF	Foram realizadas várias reuniões explicativas com as entidades do concelho no sentido do esclarecimento de dúvidas.
CBP 8	Falhas na verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício	Pouco frequente	Verificação regular que evidencie que o beneficiário cumpre todas as normas legais aplicáveis	Implementado	DAF	Existe uma verificação regular que evidencia que o beneficiário cumpre todas as normas legais aplicáveis. De facto não é entregue nenhum apoio se não constarem do processo os elementos essenciais.
CBP 9	Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de entidades ou de familiares nos órgãos sociais as entidades beneficiárias	Inexistente	Não participação dos interessados na decisão colegial na atribuição da concessão de benefícios públicos	Implementado	Câmara Municipal	Todos os elementos do Executivo Camarário e trabalhadores encontram-se devidamente informados e sensibilizados para esta questão.
CBP 10	Não concretização de instrumento que garanta a aplicação regular do benefício (contrato, protocolo, etc.)	Frequente	Maior rigor e controlo, antes da concessão do benefício, na verificação da existência do instrumento formal correspondente	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, DAF	Existe uma maior verificação do processo e os apoios a conceder são plasmados em protocolo ou contratos programas de acordo com os regulamentos em vigor.

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
CBP 11	Não aplicação de "sanções" quando há incumprimento ou cumprimento defeituoso por parte do beneficiário	Muito frequente	Reforço da verificação/apreciação do compromisso assumido pela entidade beneficiária através de controlo da realização/execução da acção objecto do benefício Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, todas as UO	
CBP 12	Não apresentação, pelos beneficiários, dos relatórios das actividades	Muito frequente	Adopção de medidas de sensibilização, informação e controlo junto dos beneficiários	Em curso	DAF	Foram realizadas várias reuniões explicativas com as entidades do concelho no sentido do esclarecimento de dúvidas. As entidades beneficiárias têm de apresentar um relatório de actividades e elementos comprovativos da correcta aplicação do apoio concedido de acordo com os regulamentos em vigor.
CBP 13	Ausência de mecanismos publicitação	Pouco frequente	Publicitação da atribuição de todos os benefícios, nomeadamente no sítio do município na internet, bem como de toda a informação sobre as entidades beneficiárias	Implementado	DAF	
URBANISMO E EDIFICAÇÃO						
URB 1	Acumulação autorizada de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos	Frequente	Averiguação através de análise regular da acumulação de funções privadas por parte dos técnicos ou dirigentes, que possam conflitar com o exercício das suas funções enquanto trabalhadores da Administração Pública	Implementado	DPU / todas as UO	Foram dadas as instruções de serviço nº2/2009, nº1/2011 e nº1/2012, que determinavam a apresentação de declaração de alicear da acumulação, ou não, de funções públicas com outras funções.
			Agilizar, nos casos em que tal se verifique, as comunicações de infração às respectivas ordens profissionais, nomeadamente no que respeita à intervenção em procedimentos em que possa existir conflito de interesses	Em curso	DPU	Estas situações ainda não se verificaram, pelo que ainda não se sentiu necessidade de instituir metodologia, tendo-se optado por aguardar a sua ocorrência para agir em conformidade.
			Exigência de entrega de uma declaração de impedimento, que deverá ser expressa e sob a forma escrita, apensa ao processo em análise	Implementado	DPU / todas as UO	Foram dadas as instruções de serviço nº2/2009, nº1/2011 e nº1/2012, que determinavam a apresentação de declaração de impedimento, especificando as circunstâncias de facto que constituam a sua causa.
	Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado (s) técnico (s) ou dirigente em processos da mesma natureza, processos instruídos pelos mesmos requerentes, ou processos instruídos por requerentes com algum tipo de proximidade	Frequente	Reforço das medidas de organização do trabalho de forma a assegurar a rotatividade e variabilidade, por parte dos técnicos, no exercício das suas funções	Em curso	DPU	Não existem regras escritas quanto a uma metodologia da rotatividade dos processos, contudo, dada a natureza e a extensão das atribuições da unidade orgânica em que se insere a apreciação dos processos de urbanização e edificação, essa rotatividade sucede de forma regular, de forma a adaptar os recursos humanos disponíveis às tarefas a desenvolver.
URB 2	Tempo de decisão	Pouco frequente	Criação de regras de distribuição de processos que acaulem que a um determinado técnico não seja cometido de forma continuada os processos de determinado requerente, e que não seja cometida a apreciação, continuada, de procedimentos de idêntica natureza	Em curso	DPU	Não existem regras escritas quanto a uma metodologia da rotatividade dos processos, contudo, dada a natureza e a extensão das atribuições da unidade orgânica em que se insere a apreciação dos processos de urbanização e edificação, essa rotatividade sucede de forma regular, de forma a adaptar os recursos humanos disponíveis às tarefas a desenvolver.
			Formalização dos procedimentos de forma a não permitir que a hierarquia temporal da entrada dos procedimentos possa ser modificada	Implementado	DPU	O tratamento dos processos relativos à urbanização e edificação processa-se integralmente através da aplicação informática SPO, desde o seu registo de entrada, à sua movimentação, à realização de informações, ofícios, notificações e consultas através do Portal do RUJE.

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
URB 3			Criação de um sistema, na aplicação informática, de justificação e alerta obrigatórios relativamente ao não cumprimento de prazos no âmbito dos procedimentos relativos a operações urbanísticas	Implementado	DPU	Na aplicação informática SPO foram associados aos diversos procedimentos definidos e aos órgãos/ utilizadores respectivos, prazos previstos para elaboração de tarefas, que resultam na sinalização dos processos que ainda se encontram "dentro do prazo" e dos que estão "fora do prazo".
			Monitorização dos prazos de decisão tomadas em procedimentos	Implementado	DPU	No âmbito do sistema de qualidade foi criado o processo URB relativo à urbanização e edificação, e foi ainda determinado que a monitorização deste processo se fizesse através de relatórios trimestrais que ilustrassem os resultados e as metas atingidas quanto ao indicador definido para este processo - o tempo de resposta a requerimentos. Embora o SGQ não se encontre atualmente implementado, ainda é feita a monitorização dos processos de urbanização e edificação.
URB 4	Acumulação de funções ou tarefas públicas que possam comprometer a isenção na abordagem do processo	Pouco frequente	Segregação e rotatividade de funções relativas à apreciação dos processos de obras, sua fiscalização, e participação na eventual instrução de procedimentos contraordenacionais	Em curso	DPU / DAF	O tratamento dos processos relativos à urbanização e edificação processa-se integralmente através da aplicação informática SPO, desde o seu registo de entrada, à sua movimentação, à realização de informações, ofícios, notificações e consultas através do Portal do RJUE.
			Elaboração de Regulamento municipal relativo à urbanização e à edificação	Implementado	DPU	O novo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação ainda se encontra em fase de elaboração, contudo, através da criação de modelos para realização das informações técnicas na aplicação informática SPO e da fixação de procedimentos no âmbito do sistema de gestão da qualidade que, embora não se encontre implementado, ainda se executam as tarefas de acordo com o estabelecido pelo SGQ, encontrando-se maioritariamente salvaguardada a uniformidade de critérios pretendida quanto à abordagem aos processos.
URB 5			Criação de modelos de requerimentos e de normas de instrução de procedimentos	Implementado	DPU	Os modelos de requerimentos encontram-se disponíveis no site municipal em http://cm-condeixa.pt/autarquia/apoio-ao-municipio/urbanismo/ .
RECURSOS HUMANOS						
RHU 1	Utilização de critérios de recrutamento com uma excessiva margem de discricionariedade ou que, reportando-se ao uso de conceitos indeterminados, não permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade	Pouco frequente	Elenco objectivo de critérios de selecção de candidatos que permita que a fundamentação das decisões de contratar seja facilmente perceptível e sindicável	Em curso	DAF	Os critérios de recrutamento têm-se pautado por um rigor e uma tentativa de uniformização, tendo sempre em atenção qual a categoria/carreira para a qual se encontra a ser efectuado o recrutamento e o tipo de procedimento. Foram criados igualmente modelos para os métodos de selecção que permitem mais facilmente e mais rigorosamente proceder à avaliação das prestações efectuadas.
RHU 2	Utilização de critérios preferenciais pouco objectivos	Pouco frequente				
RHU 3	O recrutamento ou a decisão de recrutamento é objecto de decisão de órgão não colegial	Inexistente	As decisões serem tomadas de acordo com a lei enquadradora	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara	

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
RHU 4	Utilização de critérios de avaliação dos trabalhadores pouco objetivos, que comportem uma excessiva margem de discricionariedade ou que, reportando-se ao uso de conceitos indeterminados, possam permitir que a avaliação dos trabalhadores não seja levada a cabo dentro de princípios de equidade	Frequente	Pré estabelecimento de critérios de avaliação	Em curso	Conselho de Coordenação de Avaliação	Os critérios de avaliação são definidos anualmente em reunião de CCA, mas ainda existem questões que deverão ser aprofundadas.
RHU 5	Utilização de elenco subjectivo de critérios de avaliação, não permitindo que a fundamentação das decisões finais de avaliação sejam facilmente perceptíveis e sindicáveis	Frequente	Pré estabelecimento de critérios de avaliação	Em curso	Conselho de Coordenação de Avaliação	Os critérios de avaliação são definidos anualmente em reunião de CCA, mas ainda existem questões que deverão ser aprofundadas.
RHU 6	Não intervenção no processo de avaliação de órgão colegial	Inexistente	Intervenção do Conselho de Coordenação de Avaliação quando exigível	Implementado	Conselho de Coordenação de Avaliação	
RHU 7	Ausência de mecanismos que obriguem à rotatividade dos elementos integrantes dos júris	Frequente	Criação de regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores, dirigentes, ou eleitos	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, DAF	
RHU 8	Intervenção no procedimento de selecção ou no procedimento de avaliação do pessoal de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos ou com os avaliados	Pouco frequente	Exigência de entrega de uma declaração de impedimento, que deverá ser expressa, sob a forma escrita, e apensa ao procedimento em causa	Implementado	DAF	Procedeu-se a uma informação interna no sentido de quando for indicado quais são os elementos do júri, fazer referência às incompatibilidades.
RHU 9	Ausência ou deficiente fundamentação dos actos de selecção de pessoal	Pouco frequente	Sensibilizar os intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e selecção, de avaliação, ou outros actos de gestão de pessoal, para a necessidade de fundamentação das suas decisões	Implementado	Presidente da Câmara, DAF	
RHU 10	Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação		Levantamento anual das reclamações, recursos hierárquicos ou acções judiciais interpostas, em que o reclamante ou recorrente alega, com sucesso, a ausência ou a deficiente fundamentação das decisões da Administração			
RHU 11	Utilização excessiva de mecanismos excepcionais de promoção na carreira	Pouco frequente	Controlo na utilização do mecanismo pelo órgão competente	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, DAF	
RHU 12	Utilização excessiva do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	Frequente	Fundamentação clara e relevante preparatória por parte dos responsáveis		Todas as unidades orgânicas	
RHU 13	Utilização da contratação a termo ou das prestações de serviços como mecanismo para satisfação de necessidades permanentes do serviço	Frequente	Elaborar orientações no sentido da não utilização do trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	Em curso	Presidente da Câmara, DAF	Foram realizadas informações e alterados alguns horários de funcionamento no sentido da não utilização ao trabalho extraordinário. Realça-se, no entanto que, atendendo às dificuldades legais na contratação o recurso ao trabalho extraordinário tende a aumentar.
RHU 14	Risco de acesso indevido às informações e quebra de sigilo	Pouco frequente	Elaborar orientações no sentido da não utilização da contratação a termo resolutive como meio de suprir necessidades permanentes dos serviços	Em curso	DAF	Verificou-se uma diminuição na contratação a termo. As contratações que se têm verificado são efectuadas nos casos previstos na lei.
			Medidas de segurança nos arquivos dos processos individuais	Implementado	DAF	
			Acesso restrito aos funcionários da Secção de Recursos Humanos e interessados			

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
RHU 15	Risco de falhas no registo da informação das bases de dados do pessoal	Pouco frequente	Segregação de funções Cruzamento de informação e realização de auditorias	Implementado	DAF	
RHU 16	Não disponibilização, aos interessados, de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa aos procedimentos de selecção ou de avaliação de pessoal, por parte dos interessados	Pouco frequente	Nomeação de um responsável ou "gestor" do procedimento e identificação do respectivo contacto dentro dos serviços Disponibilização, em local visível e acessível ao público, do organograma do serviço/unidade orgânica, bem como da identificação dos respectivos dirigentes e trabalhadores; Disponibilização, em local visível e acessível ao público, de um organograma, dos meios de reacção ou reclamação que o requerente tem disponíveis, dos prazos de decisão e identificação da entidade decisora Informação visível relativa a existência do livro de reclamações no serviço Elaboração de um relatório anual das reclamações apresentadas por tipo, frequência e resultado da decisão Disponibilização de formulários - tipo relativos aos pedidos de informação procedimental bem como de formulários - tipo relativos à apresentação de reclamações, que facilitem a utilização deste tipo de instrumento por parte do particular	Implementado	DAF	Encontra-se disponível no site da autarquia mapa de pessoal e mapa de afectação dos recursos humanos. O Organograma encontra-se disponível no BIA (Balcão Integrado de Atendimento).
						O sistema de gestão da qualidade prevê a existência de formulários e a própria lei também prevê formulários próprios que se encontram disponíveis no site da autarquia.

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
GESTÃO FINANCEIRA						
GF 1	Realização e pagamento de trabalhos a mais antes da respectiva despesa ter sido devidamente autorizada	Inexistente	Pagamento só ser efectuado após a respectiva autorização pela entidade competente; Controlo por segregação de funções	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, DAF, DO	
GF 2	Pagamento de revisões de preços nas empreitadas sem que a respectiva despesa seja autorizada previamente pela entidade com competência para o efeito	Inexistente		Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, DAF, DO	
GF 3	Pagamentos dos honorários a projectistas relativamente a situações não previstas contratualmente	Inexistente		Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara, todas as unidades orgânicas	
GF 4	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respectiva dotação orçamental	Inexistente	Existência de informação prévia antes da assunção de despesas	Implementado	Presidente da Câmara/DAF	
GF 5	Regularizações de existências por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas	Pouco frequente	Implementação de novo forma de requisitar bens do armazém de economato; Sensibilização de todos os utilizadores e responsáveis pelo armazém no sentido do rigor; Maior controlo na verificação da entrega dos materiais	Implementado	DAF, DO	
GF 6	Deficiente controlo interno na área do aprovisionamento quanto à execução dos concursos, gestão de stocks, recepção e armazenagem de bens e produtos	Pouco frequente	Sensibilização de todos os utilizadores e responsáveis pelo armazém no sentido do rigor; Maior controlo na verificação da entrega dos materiais	Implementado	Todas as unidades orgânicas	
GF 7	Impossibilidade de controlo sobre a execução orçamental por deficiência das aplicações informáticas	Inexistente	Existência de "back up" da informação;	Implementado	DAF	
GF 8	Erros processuais em actividades que saem fora do âmbito normal do controlo interno da Câmara	Pouco frequente	Melhor triagem e análise das novas situações; Existência de forma alternativas de controlo	Em curso	DAF	Verifica-se que estas situações têm que ser analisadas caso a caso e só perante estes é que poderão ser definidas formas de controlo. Existe no entanto no Sistema de Gestão de Qualidade um procedimento que regula e controla a conceção e desenvolvimento de projectos novos.
GF 9	Erros de soma e de transposição de saldos nos mapas de prestação de contas	Inexistente	Utilização de programas informáticos; Rigor na utilização dos programas informáticos	Implementado	DAF	Os programas informáticos são a ferramenta fundamental neste processo existindo um grande rigor na sua utilização.
GF 10	Omissões na prestação de contas do movimento de operações de tesouraria	Inexistente	Utilização de programas informáticos; Rigor na utilização dos programas informáticos	Implementado	DAF	
GF 11	Deficiente controlo dos compromissos assumidos e das dotações orçamentais disponíveis	Inexistente				
GF 12	Não inscrição de receitas provenientes de juros das instituições de crédito	Inexistente				
GF 13	Despesas objecto de inadequada classificação económica	Pouco frequente	Maior análise das informações correspondentes; Melhor explicitação do conteúdo constante das informações	Em curso	Todas as unidades orgânicas	Foi efectuada sensibilização junto dos trabalhadores que procedem à realização de informações e à disponibilização de ajuda para o esclarecimento das situações que ofereçam dúvidas.

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016
GF 14	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens	Frequente	Maior análise das informações correspondentes; Melhor explicitação do conteúdo constante das informações; Promover uma melhor aplicação das normas de controlo interno existentes particularmente ao nível da inventariação física	Implementado	DAF, DO	
ATENDIMENTO						
ATEND 1	Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Pouco frequente	Nomeação de um gestor do procedimento e identificação do respectivo contacto dentro dos serviços	Implementado	DPU	Os gestores de procedimento têm as suas tarefas distribuídas de forma clara e inequívoca, sendo automaticamente identificados quando da criação de novo processo no SPO e a sua identificação entregue no recibo a apresentar ao requerente.
			Disponibilização, em local visível e acessível ao público, de um organograma, dos meios de reacção ou reclamação que o requerente tem disponíveis, dos prazos de decisão e identificação da entidade decisora	Em curso	DAF	O Organograma encontra-se disponível no BIA (Balcão Integrado de Atendimento). Não existe ainda um documento para o público contendo as garantias dos cidadãos.
			Informação visível relativa à existência do livro de reclamações no serviço	Implementado	Todas as unidades orgânicas	
			Elaboração de um relatório anual das reclamações apresentadas por tipo, frequência e resultado da decisão	Implementado	DAF	É efectuado um relatório trimestral nos termos do Sistema de Gestão de Qualidade.
			Disponibilização de formulários -tipo relativos aos pedidos de informação procedimental bem como relativos a apresentação de reclamações, que facilitem a utilização deste tipo de instrumento	Implementado	Todas as unidades orgânicas	Encontram-se disponíveis no sistema de gestão de qualidade e no site da autarquia.
			Disponibilização, através das novas tecnologias de informação, de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos	Implementado	Todas as unidades orgânicas	Verificou-se uma melhoria significativa na disponibilização da informação através das novas tecnologias de informação tanto a nível interno como ao nível externo. Evidências: Sistema de Gestão da Qualidade, legislação atualizada na intranet, colocação de informação diversa relativa aos Serviços no site da autarquia, bla on line, http://www.cm-condeixa.pt/departamentos/BIA/ .
ATEND 2	Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Pouco frequente				

Principais áreas suscetíveis de riscos	Riscos Identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Estado das Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Situação em dezembro de 2016	
CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES							
FUN 1	Risco de quebra dos deveres funcionais e valores	Pouco frequente	Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes do rigoroso cumprimento dos princípios e normas éticas inerentes às funções	Implementado	Câmara Municipal, Presidente da Câmara e todas as Unidades Orgânicas	O acompanhamento é efectuado no dia a dia, no contacto directo com os trabalhadores.	
			Observância de orientações e mecanismos que garantam a prevenção e o cumprimento dos deveres plasmados no estatuto disciplinar nomeadamente no caso de ocorrência de conflitos de interesses, acumulação de funções públicas e recebimento de ofertas	Implementado			
			Acompanhamento e supervisão dos técnicos e equipas de trabalho pelos dirigentes	Implementado			
			Rotatividade adequada do pessoal	Implementado			
FUN 2	Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível	Pouco frequente	Elaboração de um levantamento anual das infrações disciplinares, apresentadas por tipo, frequência e pena aplicada	Implementado	DAF	A participação em acções de formação por parte dos trabalhadores permite que se faça esta troca de conhecimentos e de experiências.	
FUN 3	Risco de inadequação do perfil técnico e comportamental ao exercício das funções	Pouco frequente	Partilha de conhecimentos, experiências e informação técnica	Em curso	Câmara Municipal, Presidente da Câmara e todas as unidades orgânicas	A existência de um plano de formação anual, derivado do processo de avaliação das necessidades em processo de siadap e indicação por parte dos superiores hierárquicos permite adequar as necessidades de formação às funções desempenhadas pelo trabalhador. O sistema de Gestão de Qualidade veio regular também esta área de actuação.	
			Adequação das necessidades formativas ao perfil exigido				Este é um trabalho contínuo.
			Motivação individual e dos grupos de trabalho				Quando é necessário, por questões de serviço ou outras, a rotatividade é efectuada, tendo sempre em consideração o "Know How", as características de cada trabalhador e as funções que tem que desempenhar.
			Rotatividade do pessoal				A realização de inquéritos, de cariz interno e externo, aos Serviços é exemplo disso.
DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO							
INF 1	Deficiente disponibilização de informação gerada pelos serviços	Pouco frequente	Disponibilização, através das novas tecnologias de informação, de toda a informação de carácter administrativo, nos termos do estabelecido na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos	Em curso	Todas as Unidades Orgânicas	Verificou-se uma melhoria significativa na disponibilização da informação através das novas tecnologias de informação tanto a nível interno como ao nível externo. Evidências: Sistema de Gestão da Qualidade, legislação atualizada na intranet, colocação de informação diversa relativa aos Serviços no site da autarquia, bía on line. http://www.cm-condeixa.pt/departamentos/BJA/ .	